

P  
9



Dare Communitate  
**COLÉGIO CORTE REAL**  
Cooperativa de Solidariedade Social, C.R.L.

---

## **Relatório de Gestão**

**Ano 2018**

J  
J

Colégio Corte Real – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL  
Registada na CRC Moita sob o n.º 507 106 148  
Capital social: 6.000,00€  
Sede: Parque de Empresas dos 4 Marcos – Edifício Tejo  
2860-402 Moita  
CAE principal: 88910  
CAE secundários: 85100 e 85201

J  
g

## Índice

1	Introdução .....	4
2	Enquadramento da Atividade.....	5
3	Análise da Atividade e da Posição Financeira.....	5
i.	<b>Principais Indicadores Financeiros</b> .....	5
ii.	<b>Evolução das vendas e das prestações de serviços</b> .....	6
iii.	<b>Estrutura de gastos</b> .....	6
iv.	<b>Resultado líquido e EBITDA</b> .....	7
v.	<b>Posição financeira (autonomia financeira e endividamento)</b> .....	8
vi.	<b>Estrutura do balanço</b> .....	8
4	As nossas pessoas .....	8
5	A nossa gestão .....	9
	<b>Organograma</b> .....	9
6	Proposta de Aplicação de Resultados.....	10
7	Expetativas Futuras .....	10

A.  
G

## 1 Introdução

O Colégio Corte Real é uma Cooperativa de Solidariedade Social, com o NIPC 507106148, foi constituída em 18 de Julho de 2005. A cooperativa tem atualmente a sede no Parque de Empresas dos 4 Marcos – Edifício Tejo, na Moita e tem como objetivo a promoção do apoio a crianças e jovens, pelo que a sua atividade principal é a prestação de serviços de cuidados para crianças s/ Alojamento, utilizando o CAE 88910. No decorrer do ano de 2016 teve ao seu serviço em média 42 colaboradores.

De 2005 a 2009 o Colégio Corte Real não registou qualquer atividade.

Em 2010, o Colégio Corte Real reiniciou a sua atividade em Setembro desse ano, através das Atividades de Enriquecimento Curricular, para alunos do 1º ciclo do ensino básico, em parceria com a Escola Técnica Profissional da Moita e os Agrupamentos de Escolas José Afonso e Fragata do Tejo, na Moita, envolvendo cerca de 800 crianças entre os 6 e os 10 anos de idade, através do ensino do Inglês, da Atividade Física e Desportiva e de Atividades Lúdico Expressivas, como a música, a expressão plástica e a expressão dramática.

Em 2012 o Colégio Corte Real iniciou o investimento, apenas com recursos próprios para as obras de construção do seu equipamento social, tendo sido inaugurado em 1 de Outubro de 2012.

Este equipamento social veio dar resposta às enormes carências deste tipo de apoio no concelho da Moita, tendo sido autorizada a lotação de 168 crianças, 84 das quais para creche e 83 em pré-escolar.

Em 2013, o equipamento social teve ocupação de 100% das vagas de creche a partir de Setembro, enquanto no pré-escolar existiu uma ocupação de 74,6% das vagas.

No ano letivo de 2014/2015, foi possível expandir a atividade, iniciando também a oferta de 1.º ciclo do ensino básico, num edifício junto ao complexo da creche e do pré-escolar. Com este novo espaço, surgiu também um alargamento da oferta de pré-escolar, tendo esta valência aumentado a sua lotação para 105 vagas, com uma taxa de ocupação de 100%.

No ano letivo 2015/2016, foi possível constituir ainda mais um grupo de 1.º ciclo do ensino básico e mais um grupo de pré-escolar tendo sido a lotação aumentada nestas duas valências, para 128 crianças em pré-escolar e 41 crianças em 1.º ciclo do ensino básico.

Nesse ano letivo salienta-se a celebração de um acordo de cooperação com a segurança social, garantindo a comparticipação de 33 em 84 vagas da creche.

Em 2016/2017, a lotação foi novamente aumentada, tanto em pré-escolar como em 1º ciclo, para comportar o aumento do número de turmas nessas valências, conforme tabela infra.

### i. Número de alunos inscritos por valência

N.º crianças a frequentar por valência	Creche	Pré-escolar	1.º Ciclo do Ensino Básico	AEC
Lotação atual	84	151	124	n.a.
2013	84	59	-	761
2014	84	63	36	707
2015	84	128	54	710
2016	84	146	79	681
2017	84	148	84	702
2018	84	151	94	599

## 2 Enquadramento da Atividade

Um dos grandes desafios para este projeto foi o facto de, no nosso plano de investimentos, não considerarmos qualquer apoio de entidades públicas ou privadas para a construção e instalação do imóvel e dos equipamentos da cooperativa, de forma a canalizarmos todos os possíveis apoios para o fundamental: a prestação de serviços junto das crianças.

Desta forma, o funcionamento do Colégio Corte Real, CRL, apenas conseguirá ter sustentabilidade financeira através da prestação de um serviço em parceria com a Segurança Social, através de Acordo de Cooperação, face às características socioeconómicas do concelho onde se insere, Moita, onde o rendimento disponível das famílias se apresenta como o mais baixo da Área Metropolitana de Lisboa (dados atualizados em Outubro/2015).

O concelho da Moita, de acordo com os dados presentes na Carta Social da C.M. Moita, tem apenas 37,37% de cobertura em regime de educação pré-escolar. Em creche, apenas existe um equipamento social na rede solidária da Segurança Social na freguesia da Moita, com um total de 42 vagas, das quais apenas 8 em berçário. Existem mais 73 vagas de creche em outros estabelecimentos privados, mas que o custo das mensalidades é elevado para a maioria dos agregados familiares residentes no concelho da Moita.

Assim, entendemos ser de extrema importância reforçar o número de vagas, quer em creche, quer em pré-escolar, na rede solidária da Segurança Social para o concelho, mas particularmente para a freguesia da Moita.

## 3 Análise da Atividade e da Posição Financeira

No exercício de 2018 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela cooperativa.

### i. Principais Indicadores Financeiros

A informação financeira consolidada incluída no presente relatório foi extraída das Demonstrações Financeiras, preparadas de acordo com as normas em vigor.

O volume de negócios registou um crescimento significativo, na ordem dos 16%, para cerca de 982 mil euros.

	2018	2017	Var. %
<b>Pessoal</b>			
Efectivos Médios no Activo	45	44	2,3
Gastos c/ Pessoal (mil Euros)	(711)	(659)	8,0
Gastos c/ Pessoal p. capita (mil Euros)	(16)	(15)	5,6
VAB p. capita (mil Euros)	(17)	(18)	-7,9
<b>Desempenho Económico</b>			
Volume de Negócios (mil Euros)	982	849	15,7
Gastos Operacionais (mil Euros)	(1 137)	(1 045)	8,7
Cash Flow Operacional (EBITDA)	13	(45)	(129,0)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	(19)	(72)	(74,0)
Resultado Líquido (mil Euros)	(36)	(112)	(67,9)

### Balanço

Activo Total (mil Euros)	957	987	(3,1)
Capitais Próprios (mil Euros)	(120)	(95)	25,5
Capitais Alheios (mil Euros)	1 077	1 083	(0,57)

### Indicadores

Margem EBITDA (%)	1,32	(5,27)	(125,12)
Margem sobre Vendas (%)	101,60	101,56	0,0
ROI - Return on Investment (%)	(0,02)	(0,07)	(73,21)

## ii. Evolução das vendas e das prestações de serviços

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura de rendimentos são apresentadas nos gráficos seguintes.

### Estrutura de rendimentos 2018

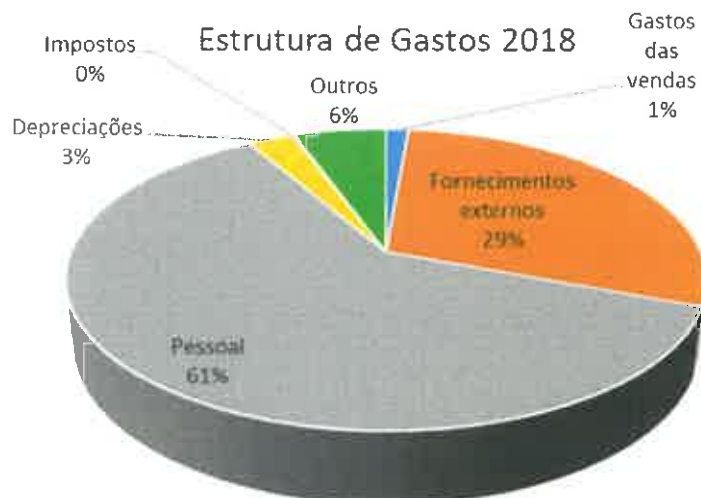


## iii. Estrutura de gastos

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua evolução, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Detalhe de gastos	2018	2017	Var. %
Gastos das vendas	(15 678)	(13 241)	18,4
Fornecimentos externos	(342 740)	(291 525)	17,6
Pessoal	(711 291)	(658 889)	8,0
Depreciações	(31 656)	(27 148)	16,6
Impostos	(2 129)	(1 387)	53,5
Outros	(64 674)	(80 381)	(19,5)

P.  
J.



Os resultados operacionais registaram uma variação negativa de 20,2%, para os 45.254,96 euros, enquanto os resultados financeiros, que representam na sua maioria, os gastos com a necessidade de financiamento da atividade da sociedade sofreram uma variação negativa de 22,5%.

Resultados	2018	2017	Var. %
Operacionais	(18 662)	(71 882)	(74,0)
Financeiros	(15 848)	(39 756)	(60,1)

No que respeita ao financiamento das atividades de enriquecimento curricular, assegurados através do Orçamento Geral do Estado, o pagamento ocorre no final de cada período a que reporta o serviço, sendo necessário garantir liquidez com recurso a crédito de curto prazo (nomeadamente através de Factoring).

#### iv. Resultado líquido e EBITDA

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de Resultado Líquido.



Handwritten initials or signature in the top right corner.

**v. Posição financeira (autonomia financeira e endividamento)**

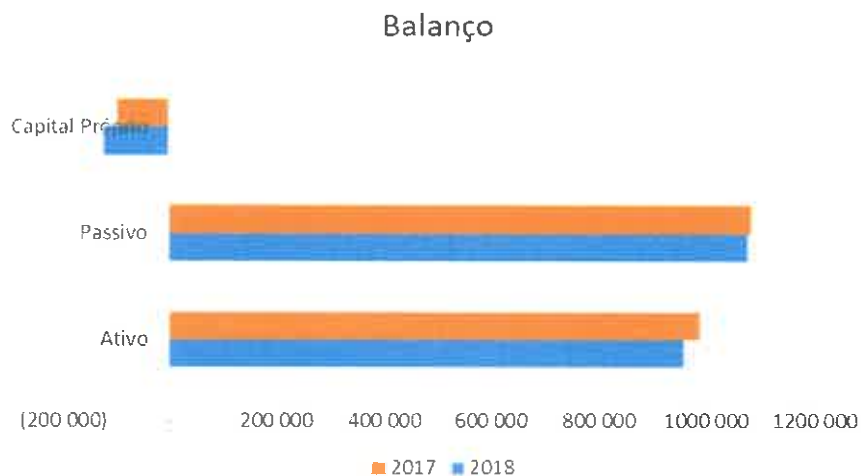
**Situação Financeira**

A situação financeira da sociedade evoluiu da forma seguinte:

	2018	2017	Var. %
<b>Solvabilidade</b>			
Capital Próprio / Passivo	(11,11)	(8,80)	26,3
<b>Endividamento</b>			
Passivo / Capital Próprio	(900,46)	(1 136,84)	(20,79)
<b>Autonomia Financeira</b>			
Capital Próprio / Activo	(12,49)	(9,64)	29,5

**vi. Estrutura do balanço**

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:



<b>Balanço</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Var. %</b>
Activo	957 015	987 481	(3,1)
Passivo	1 076 573	1 082 720	(0,6)
Capital Próprio	(119 558)	(95 239)	25,5

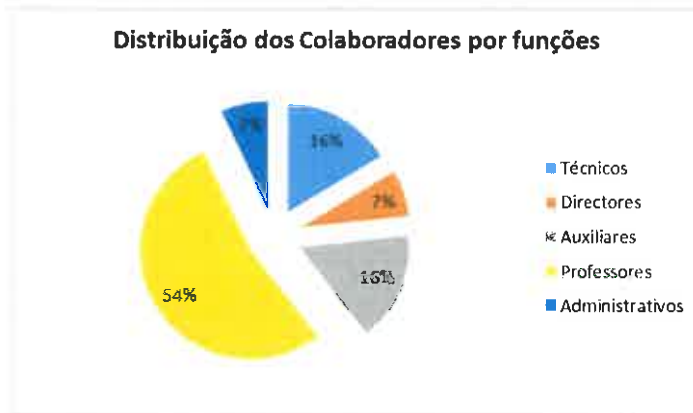
**4 As nossas pessoas**

No Colégio, o nosso maior recurso são as pessoas. 61% dos nossos colaboradores têm o ensino superior pelo que é também a rubrica com maior peso no nosso orçamento e contas anuais.

Com uma média etária de 34,5 anos, tivemos em média 45 colaboradores ao serviço neste ano que demonstraram resiliência, vontade de inovar e desejo de aprender.

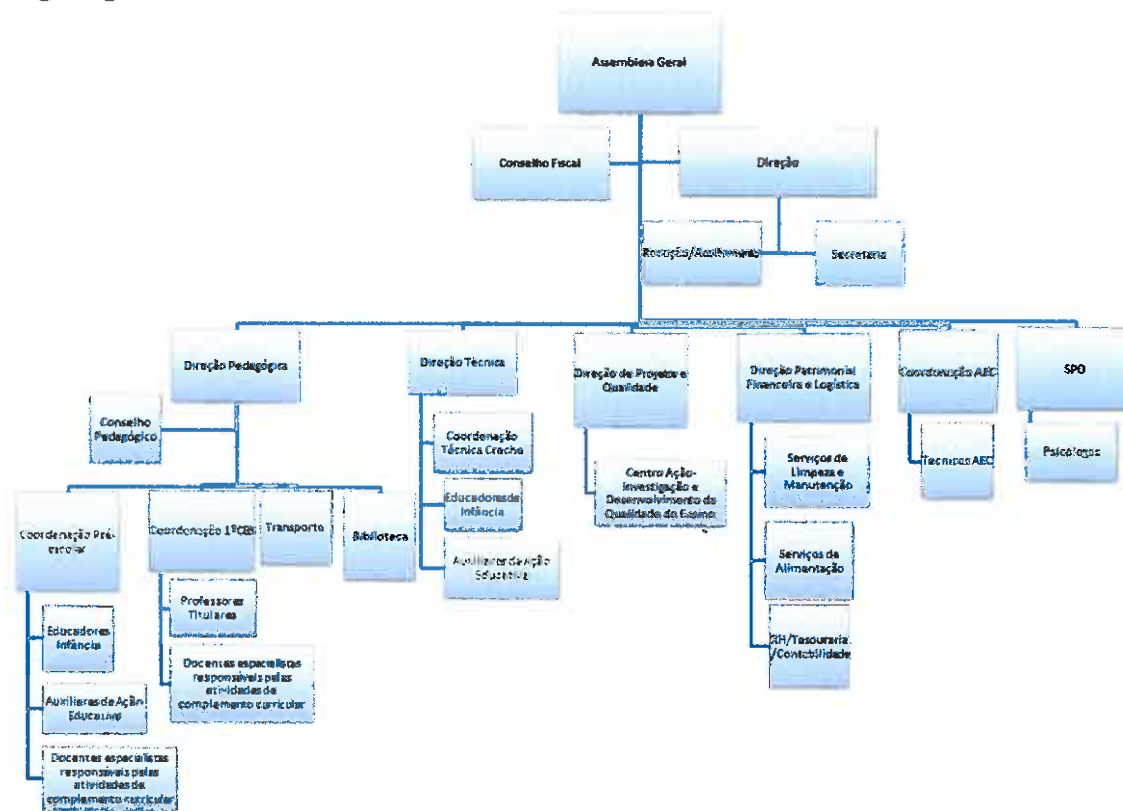


P.  
J.



## 5 A nossa gestão

### Organograma



## 6 Proposta de Aplicação de Resultados

O Colégio Corte Real – Cooperativa de Solidariedade Social, C.R.L., no período económico findo em 31 de Dezembro de 2018 realizou um resultado líquido de -36 028,03€, pelo que se propõe a sua transferência para a rubrica de resultados transitados.

<i>Aplicação dos resultados</i>	<i>Resultados Transitados</i>
2019	-36 028,03

## 7 Expetativas Futuras

Perante o cenário já descrito anteriormente, perspectiva-se que se mantenha o crescimento da atividade, com a criação de mais 1 turma no 1.º ciclo do ensino básico, atingindo assim as 7 turmas nesta valência e ainda o aumento de duas turmas em creche, com a ampliação das instalações em mais 36 vagas, que foram alvo de candidatura ao investimento Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde, no Programa Operacional Regional de Lisboa 2014/2020 e que se prevê a sua aprovação nas próximas semanas.

Moita, 14 de junho de 2019

A Direção,



# *Colégio Corte Real – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL*

---

Demonstrações Financeiras  
31 de Dezembro de 2018

*(O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 104/2011, de 14 de Março –  
1.ª Série - n.º 51)*



Colégio Corte Real – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL  
Registada na CRC Moita sob o n.º 507 106 148  
Capital social: 6.000,00€  
Sede: Parque de Empresas dos 4 Marcos – Edifício Tejo  
2860-402 Moita  
CAE principal: 88910  
CAE secundários: 85100 e 85201

ÍNDICE

ÍNDICE .....	2
Balanço .....	3
Demonstração de Resultados por Naturezas.....	4
Demonstração Fluxos de Caixa.....	5
Demonstração individual das alterações no capital próprio nos períodos 2017 e 2018 .....	6
NOTA INTRODUTÓRIA .....	8
NOTA 1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE .....	8
NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	9
NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	12
NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	13
NOTA 6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO .....	13
NOTA 7. ATIVOS INTANGÍVEIS.....	13
NOTA 8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS .....	14
NOTA 9. GASTOS COM DEPRECIAÇÕES.....	14
NOTA 10. RENDIMENTOS .....	14
NOTA 11. SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO .....	14
NOTA 12. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS .....	15
NOTA 13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO .....	15
NOTA 14. CLIENTES .....	15
NOTA 15. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS .....	15
NOTA 16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	16
NOTA 17. OUTROS GASTOS E PERDAS .....	17
NOTA 18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS .....	17
NOTA 19. GASTOS COM PESSOAL .....	18
NOTA 20. DIFERIMENTOS.....	18
NOTA 21. CAPITAL PRÓPRIO .....	18
NOTA 22. RESERVAS.....	19
NOTA 23. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO .....	19
NOTA 24. CAPITAL SOCIAL REALIZADO .....	19
NOTA 25. SÓCIOS/COOPERANTES.....	19
NOTA 26. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES.....	19
NOTA 27. FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES .....	19
NOTA 28. EXISTÊNCIAS.....	20
NOTA 29. FINANCIAMENTO BANCÁRIO .....	20
NOTA 30. GASTOS LÍQUIDOS DE FINANCIAMENTO .....	20
NOTA 31. DISPONIBILIDADES.....	21
NOTA 32. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS .....	21

Balanço**Balanço individual em 31 de Dezembro de 2018**

	Notas	2018	2017
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	176 505,99	186 181,63
Propriedades de investimento	6	2 702,50	2 702,50
Ativos intangíveis	7	59 194,32	59 194,32
Participações financeiras - outros métodos	8	201 000,00	1 000,00
		<b>439 402,81</b>	<b>249 078,45</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	28	514,40	0,00
Clientes	14	111 599,79	151 269,37
Adiantamentos a fornecedores	27	1 279,77	8 506,12
Estado e outros entes públicos	18	749,75	793,72
Outros créditos a receber	15	385 849,76	553 645,43
Diferimentos	20	7 101,52	15 943,73
Ativos financeiros detidos para negociação	15	1 171,96	1 171,96
Outros ativos financeiros	7	132,67	133,44
Caixa e depósitos bancários	31	9 213,59	6 938,67
		<b>517 612,21</b>	<b>738 402,44</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>957 015,02</b>	<b>987 480,89</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	21, 24	6 000,00	6 000,00
Reservas legais	22	2 500,00	2 500,00
Outras reservas	22	30 319,46	30 319,46
Resultados transitados	21	(151 295,43)	(39 149,58)
Outras variações no capital próprio	23	28 946,03	17 236,88
Resultado líquido do período	21	(36 028,03)	(112 145,85)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>(119 557,97)</b>	<b>(95 239,09)</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	29	57 401,53	111 195,78
		<b>57 401,53</b>	<b>111 195,78</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	27	132 034,84	196 039,10
Adiantamentos de clientes	26	11 992,00	11 314,52
Estado e outros entes públicos	18	329 811,81	277 583,55
Sócios/Cooperantes	25	19 072,04	13 004,45
Financiamentos obtidos	29	140 896,39	164 270,19
Outras dívidas a pagar	15	240 748,11	166 935,68
Diferimentos	20	144 616,27	142 376,71
		<b>1 019 171,46</b>	<b>971 524,20</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1 076 572,99</b>	<b>1 082 719,98</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>957 015,02</b>	<b>987 480,89</b>

A Direção

O Contabilista Certificado

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

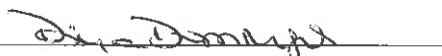
Demonstração de Resultados por Naturezas

	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	10	982 014,65	849 074,95
Subsídios à exploração	11	130 188,12	129 899,04
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	28	(15 678,13)	(13 240,69)
Fornecimentos e serviços externos	16	(342 739,82)	(291 524,63)
Gastos com o pessoal	19	(711 290,76)	(658 889,10)
Outros rendimentos e ganhos	12	37 303,41	21 714,70
Outros gastos e perdas	17	(66 803,26)	(81 768,03)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>12 994,21</b>	<b>(44 733,76)</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	9	(31 656,07)	(27 148,29)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(18 661,86)</b>	<b>(71 882,05)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	30	0,12	111,81
Juros e gastos similares suportados	30	(15 848,44)	(39 868,28)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(34 510,18)</b>	<b>(111 638,52)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	13	(1 517,85)	(507,33)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(36 028,03)</b>	<b>(112 145,85)</b>

A Direção



O Contabilista Certificado



Demonstração Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE Dezembro DE 2018	RUBRICAS	NOTAS	UNIDADE MONETÁRIA (Euros)	
			PERÍODOS 2017	2016
<b><u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u></b>				
	Recebimentos de clientes		1 095 633,27	962 735,19
	Pagamentos a fornecedores		(341 478,84)	(274 671,32)
	Pagamentos ao pessoal		(453 394,04)	(437 907,81)
	Caixa gerada pelas operações		300 760,39	250 156,06
	Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		6 500,07	0,00
	Outros recebimentos/pagamentos		(128 936,02)	(65 389,01)
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		165 324,30	184 767,05
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u></b>				
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
	Ativos fixos tangíveis		(28 275,52)	(22 372,69)
	Ativos intangíveis		0,00	0,00
	Juros e rendimentos similares		0,32	890,74
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(28 275,20)	(21 481,95)
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u></b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
	Financiamentos obtidos		118 007,08	422 729,21
	Outras operações de financiamento		490 255,11	468 955,27
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
	Financiamentos obtidos		(208 865,83)	(559 379,85)
	Juros e gastos similares		(15 075,42)	(33 498,54)
	Outras operações de financiamento		(519 095,89)	(509 962,34)
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(134 774,95)	(211 156,25)
	<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		2 274,15	(47 871,15)
	<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		8 244,07	56 115,22
	<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		10 518,22	8 244,07



Demonstração individual das alterações no capital próprio nos períodos 2017 e 2018

DESCRIÇÃO	Euros						Total do Capital Próprio
	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO 2017</b>	6 000	2 500	30 319	(40 038)	17 237	888	16 900
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				888		(888)	
				888		(888)	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>						(112 146)	(112 146)
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>				888		(113 034)	(112 146)
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017</b>	6 000	2 500	30 319	(39 150)	17 237	(112 146)	(95 238)
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO 2018</b>	6 000	2 500	30 319	(39 150)	17 237	(112 146)	(95 238)
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				(112 146)	11 709	112 146	11 709
				(112 146)	11 709	112 146	11 709
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>						(36 028)	(36 028)
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>				(112 146)	11 709	76 118	(24 315)
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018</b>	6 000	2 500	30 319	(151 295)	28 946	(36 028)	(119 558)



---

Anexo às Demonstrações Financeiras  
31 de Dezembro de 2018

---

**NOTA INTRODUTÓRIA****NOTA 1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE**

O Colégio Corte Real é uma Cooperativa de Solidariedade Social, com o NIPC 507106148, foi constituída em 18 de Julho de 2005. A cooperativa tem atualmente a sede no Parque de Empresas dos 4 Marcos - Edifício Tejo, na Moita e tem como objetivo a promoção do apoio a crianças e jovens, pelo que a sua atividade principal é a prestação de serviços de cuidados para crianças s/ Alojamento, utilizando o CAE 88910. No decorrer do ano de 2018 teve ao seu serviço em média 45 colaboradores.

De 2005 a 2009 o Colégio Corte Real não registou qualquer atividade.

Em 2010, o Colégio Corte Real iniciou a sua atividade em Setembro desse ano, através das Atividades de Enriquecimento Curricular, para alunos do 1.º ciclo do ensino básico, em parceria com a Escola Técnica Profissional da Moita e os Agrupamentos de Escolas José Afonso e Fragata do Tejo, na Moita, envolvendo cerca de 800 crianças entre os 6 e os 10 anos de idade, através do ensino do Inglês, da Atividade Física e Desportiva e de Atividades Lúdico Expressivas, como a música, a expressão plástica e a expressão dramática.

Em 2012 o Colégio Corte Real iniciou o investimento, apenas com recursos próprios para as obras de construção do seu equipamento social, tendo sido inaugurado em 1 de Outubro de 2012.

Este equipamento social veio dar resposta às enormes carências deste tipo de apoio no concelho da Moita, tendo sido autorizada a lotação de 168 crianças, 84 das quais para creche e 83 em pré-escolar.

Em 2013/14, o equipamento social teve ocupação de 100% das vagas de creche a partir de Setembro, enquanto no pré-escolar existiu uma ocupação de 74,6% das vagas.

No ano letivo de 2014/2015, foi possível expandir a atividade, iniciando também a oferta de 1.º ciclo do ensino básico, num edifício junto ao complexo da creche e do pré-escolar. Com este novo espaço, surgiu também um alargamento da oferta de pré-escolar, tendo esta valência aumentado a sua lotação para 105 vagas, com uma taxa de ocupação de 100%.

Em 2015/2016, verificou-se o aumento de mais uma turma em 1.º ciclo do ensino básico (1.º ano) e de mais uma turma em pré-escolar, pelo que o número total de utentes do equipamento passou a ser de 249. Em Outubro de 2015 foi celebrado um acordo de cooperação típico com a Segurança Social, para a comparticipação de 33 vagas em creche, que de imediato foram ocupadas pelas famílias com mais baixo rendimento da creche.

Em Novembro/2016, existiu uma revisão do número de vagas comparticipadas em creche, passando a ser 41 as crianças apoiadas mensalmente.

	2018	2017	Var. %
<b>Desempenho Económico</b>			
Volume de Negócios (mil Euros)	982	849	15,7
Gastos Operacionais (mil Euros)	(1 137)	(1 045)	8,7
Cash Flow Operacional (EBITDA)	13	(45)	-129,0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	(19)	(72)	-74,0
Resultado Líquido (mil Euros)	(36)	(112)	-67,9
<b>Balanço</b>			
Ativo Total (mil Euros)	957	987	-3,1
Capitais Próprios (mil Euros)	(120)	(95)	25,5
Capitais Alheios (mil Euros)	1 077	1 083	-0,6
<b>Indicadores</b>			
Margem EBITDA (%)	1,32	(5,27)	-125,1
Margem sobre Vendas (%)	101,60	101,56	0,0
ROI - Return on Investment (%)	(0,02)	(0,07)	-73,2

## **NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades (NC-ME) aprovada pelo Decreto-Lei 36-A/2011 de 09 de Março, em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

2.2 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

2.3 - As demonstrações financeiras de 2017 foram preparadas e aprovadas de modo a que sejam comparáveis com as demonstrações financeiras de 2016.

## **NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### **3.1 - BASES DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

#### **3.1.1 - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE**

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

#### **3.1.2 - PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO**

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

#### **3.1.3 - CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO**

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

#### **3.1.4 - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO**

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

#### **3.1.5. - COMPENSAÇÃO**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NC-ME. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer

descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

### 3.1.6 - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NC-ME o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

## 3.2 – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

### 3.2.1.- ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Os imóveis e outras propriedades de investimento que visam a obtenção de rendimento, através de arrendamento, estão classificados como ativos fixos tangíveis. Os terrenos e outras propriedades que foram adquiridas para revenda, e que no final do exercício económico ainda estão em nossa posse, foram classificados como existências.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

<i>Edifícios e outras construções</i>	-	<i>50 anos</i>
<i>Equipamento básico</i>	-	<i>4 a 8 anos</i>
<i>Equipamento de transporte</i>	-	<i>4 a 5 anos</i>
<i>Equipamento administrativo</i>	-	<i>4 a 8 anos</i>
<i>Outros ativos fixos tangíveis</i>	-	<i>4 a 8 anos</i>

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

**3.2.2 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

No ano em questão foi apurado imposto sobre o rendimento no valor de 1 517,85€.

**3.2.3 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

**3.2.4 – INVENTÁRIOS**

Uma vez que os serviços de alimentação do Colégio são contratados a uma empresa externa, não existem matérias-primas e mercadorias em stock, pelo que não se verificam existências no final do ano.

**3.2.5. – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor recuperável, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade);
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);
- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas;
- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação; e
- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros;
- Contratos para contrair empréstimos.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

**3.2.6. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO**

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

**3.2.7 – SUBSÍDIOS**

Os subsídios recebidos por parte do Estado correspondem a candidaturas respeitantes a postos de trabalho criados e para os quais existiram medidas de apoio à contratação aprovadas junto do IEFP.

**3.2.8. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

**3.2.9. – TRANSACÇÕES E MOEDA FUNCIONAL**

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

**3.2.10. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS**

Os benefícios dos emprego classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações deve ser relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

**NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

**4.1 – APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DAS NC-ME COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:**

*Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial da NC-ME.*

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

**4.2 – ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO) OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS.**

*Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.*

**4.3 – ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS.**

*Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.*

**4.4 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES**

*Não se verificaram quaisquer erros materialmente relevantes em períodos anteriores.*

**NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

	Edifícios	Equipamento			Outros	Total
		Básico	Transporte	Administrativo		
<b>Quantia escriturada bruta inicial</b>	-	<b>112 080</b>	<b>24 408</b>	<b>20 179</b>	<b>26 820</b>	<b>183 487</b>
Da qual quantia despendida "Em Curso"	114 533	-	-	-	-	<b>114 533</b>
Depreciações acumuladas iniciais	-	(57 498)	(24 408)	(10 937)	(18 995)	(111 839)
<b>Quantia escriturada líquida inicial</b>	<b>114 164</b>	<b>52 628</b>	<b>508</b>	<b>13 512</b>	<b>9 456</b>	<b>190 269</b>
<b>Adições</b>						
Aquisições em 1ª mão	-	12 441	-	-	7 468	<b>19 909</b>
Dispêndios em curso	554	2 703	-	-	-	<b>3 257</b>
Outras	82 545	347	-	-	25 409	<b>108 301</b>
<b>Total das adições</b>	<b>83 099</b>	<b>15 491</b>	-	-	<b>32 876</b>	<b>131 466</b>
Depreciações	(344)	(21 447)	-	(2 470)	(13 598)	(37 858)
Outras	(103 283)	-	-	-	-	(103 283)
<b>Total das diminuições</b>	<b>(103 627)</b>	<b>(21 447)</b>	-	<b>(2 470)</b>	<b>(13 598)</b>	<b>(141 142)</b>
<b>Quantia escriturada líquida final</b>	<b>94 005</b>	<b>48 626</b>	-	<b>6 772</b>	<b>27 104</b>	<b>176 506</b>

**NOTA 6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO**

	2017	Aquisições	2018
Propriedade de Investimento (Casa Família)	2 702,50	-	2 702,50
<b>Total</b>	<b>2 702,50</b>	<b>-</b>	<b>2 702,50</b>

A propriedade de investimento identificada acima corresponde a um investimento em curso decorrente da outorga de um contrato promessa de compra e de venda de um apartamento situado no Montijo que permitirá o acolhimento de jovens professores que serão integrados na instituição com vista ao projeto de implementação do 1.º ciclo do ensino básico.

**NOTA 7. ATIVOS INTANGÍVEIS**

No que concerne os ativos intangíveis, a rubrica com maior expressão corresponde ao direito de utilização da fração "C", onde se encontra instalado o equipamento social de creche e de pré-escolar, conforme se verifica no quadro abaixo.

	Propriedade industrial	Direito de utilização	Total
Quantia inicial: com vida útil finita	131,82	75 000,00	75 132,00
Quantia inicial: com vida útil indefinida	-	-	-
Amortizações acumuladas iniciais	-	(15 937,50)	(15 937,50)
<b>Quantia escriturada líquida inicial</b>	<b>131,82</b>	<b>59 062,50</b>	<b>59 194,32</b>
<b>Total das adições</b>	-	-	-
Depreciações	-	-	-
<b>Total das diminuições</b>	-	-	-
<b>Quantia escriturada líquida final</b>	<b>131,82</b>	<b>59 062,50</b>	<b>59 194,32</b>



**NOTA 8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS**

Participações Financeiras-Outros métodos	2018	2017
Investimento ao custo na participada (CA)	201 000,00	1 000,00
<b>Total</b>	<b>201 000,00</b>	<b>1 000,00</b>

Nesta rubrica, verifica-se a existência de 1.000,00€ correspondente à participação financeira do capital da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L., saldo que se mantém inalterado desde 2013, aquando da subscrição do capital na citada instituição.

Em 2018 verificou-se a subscrição de 200.000,00€ no capital da Orsifor, SA.

**NOTA 9. GASTOS COM DEPRECIAÇÕES**

A rubrica Gastos com Depreciações registou os seguintes movimentos em 2016 e 2015:

	2018			2017		
	Gastos	Reversão	Total	Gastos	Reversão	Total
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>						
Edifícios e Outras Construções	343,94	0,00	343,94			
Equipamento Básico	20 471,97	0,00	20 471,97	18 922,18	0,00	18 922,18
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	508,51	0,00	508,51
Equipamento Administrativo	2 469,83	0,00	2 469,83	2 499,43	0,00	2 499,43
Outros Ativos Fixos Tangíveis	8 370,33	0,00	8 370,33	5 218,17	0,00	5 218,17
<b>Subtotal</b>	<b>31 656,07</b>	<b>0,00</b>	<b>31 656,07</b>	<b>27 148,29</b>	<b>0,00</b>	<b>27 148,29</b>
<b>Ativos Intangíveis</b>						
Direito de utilização Fração "C"	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>31 656,07</b>	<b>0,00</b>	<b>31 656,07</b>	<b>27 148,29</b>	<b>0,00</b>	<b>27 148,29</b>

**NOTA 10. RENDIMENTOS**

No decorrer do exercício económico de 2017, as prestações de serviços ascenderam a 849 mil euros, decorrentes das atividades de creche, pré-escolar, 1.º ciclo do ensino básico e atividades de enriquecimento curricular.

	2018			2017		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de bens	16 977,83	0,00	16 977,83	14 472,40	0,00	14 472,40
Prestações de serviços	965 036,82	0,00	965 036,82	834 602,55	0,00	834 602,55
<b>Total</b>	<b>982 014,65</b>	<b>0,00</b>	<b>982 014,65</b>	<b>849 074,95</b>	<b>0,00</b>	<b>849 074,95</b>

**NOTA 11. SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO**

No exercício de 2018 foram reconhecidos 130 188,12€ relativos a subsídios à exploração, a que corresponde o apoio da comparticipação financeira de 41 vagas do acordo de cooperação típico da creche, celebrado em Outubro de 2015 com o ISS, IP.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	2018				2017			
	Quantia reconhecida em resultados	Valor recebido	Por receber	Valor total do subsídio	Quantia reconhecida em resultados	Valor recebido	Por receber	Valor total do subsídio
IEFP	0,00	0,00	0,00	0,00	2 515,32	1 257,66	1 257,66	2 515,32
ISS, IP-Centros Distritais	130 188,12	130 188,12	0,00	130 188,12	127 383,72	127 383,72	0,00	127 383,72
Doações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>130 188,12</b>	<b>130 188,12</b>	<b>0,00</b>	<b>130 188,12</b>	<b>129 899,04</b>	<b>128 641,38</b>	<b>1 257,66</b>	<b>129 899,04</b>

**NOTA 12. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**

Outros Rendimentos e Ganhos	2018	2017
Rendimentos Suplementares	21 121,51	12 899,69
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	200,09	221,57
Rendimentos e Ganhos nos restantes Ativos Financeiros	2 590,09	2 439,91
Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	13 391,72	6 153,53
<b>Total</b>	<b>37 303,41</b>	<b>21 714,70</b>

**NOTA 13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Direção entende que as eventuais revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais aos exercícios de 2017 e anteriores, não produzirá efeitos materiais sobre as contas.

No ano em questão foi apurado imposto sobre o rendimento no valor de 1 517,85€.

**NOTA 14. CLIENTES**

A rubrica de clientes contemplava os seguintes saldos em dívida em 31 de Dezembro de 2018:

	2018			2017		
	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia escriturada líquida
<b>A receber</b>						
<90 dias	111 599,79	0,00	111 599,79	151 269,37	0,00	151 269,37
90 - 180 dias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
180-360 dias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
>360 dias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>111 599,79</b>	<b>0,00</b>	<b>111 599,79</b>	<b>151 269,37</b>	<b>0,00</b>	<b>151 269,37</b>

**NOTA 15. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

À data de 31 de Dezembro de 2018, regista-se o montante de 32 604,31€ respeitante a fundos de investimento e obrigações.

J.  
S.  
J.

	Fundos			Total
	Montepio Tesouraria	Caixa Obrigações	Lisgarante	
Saldo (justo valor) a 1 de Janeiro	471,96	0,00	700,00	1 171,96
Aquisições no período	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações no período	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação do justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo a 31Dezembro</b>	<b>471,96</b>	<b>0,00</b>	<b>700,00</b>	<b>1 171,96</b>

Nesta conta, a rubrica “Outros devedores” reporta-se sobretudo a valores de prestações de serviços por receber e montantes por receber devido a medidas de apoio à contratação/encerramento da medida estágios do IEFP e da DGEstE, proveniente das AEC.

Salienta-se que na rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos”, temos o montante de 29.336,74€ que advém de outros rendimentos do ano faturados no ano seguinte.

	2018	2017
<b>Ativo</b>		
<b>Corrente</b>		
Pessoal	6 801,31	6 208,79
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	7 979,88	29 336,74
Outros	371 068,57	518 099,90
<b>Total</b>	<b>385 849,76</b>	<b>553 645,43</b>

Quanto às “Outras contas a pagar”, a rubrica mais expressiva – Credores por acréscimos de gastos contempla 227 979,58€ devido à estimativa de remunerações a liquidar de subsídio de férias e férias a pagar em 2019 no valor de 66 767,95€ e 161 211,63€ de gastos do ano cuja fatura é do ano seguinte.

	2018	2017
<b>Passivo</b>		
<b>Corrente</b>		
Pessoal	1 903,18	3 329,48
Credores por acréscimos de gastos	227 979,58	148 655,39
Fornecedores de Investimentos	4 530,32	14 950,81
Outros	6 335,03	0,00
<b>Total</b>	<b>240 748,11</b>	<b>166 935,68</b>

#### NOTA 16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2018	2017
Serviços Especializados	177 607,43	167 498,85
Materiais	26 020,49	20 371,27
Energia e Fluidos	4 118,87	3 704,02
Deslocações, Estadas e Transportes	3 874,65	3 784,73
Serviços Diversos	131 118,38	96 165,76
<b>Total</b>	<b>342 739,82</b>	<b>291 524,63</b>

Quanto a serviços especializados, são aqui contabilizados os gastos com os honorários das atividades de complemento curriculares, gastos com técnicos especializados das atividades extracurriculares, bem como o serviço de refeições diário, lavandaria e as avenças de contabilidade e de serviços de higiene.



A rubrica de fornecedores contemplava os seguintes saldos em dívida em 31 de Dezembro de 2018:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>A pagar</b>		
< 90 dias	132 034,84	196 039,10
90 - 180 dias	0,00	0,00
> 180 dias	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b><u>132 034,84</u></b>	<b><u>196 039,10</u></b>

#### NOTA 17. OUTROS GASTOS E PERDAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impostos	2 129,38	1 387,08
Descontos pp concedidos	0,00	1,66
Outros Gastos e Perdas	40 894,63	80 379,29
Outros juros	14 779,25	0,00
<b>Total</b>	<b><u>66 803,26</u></b>	<b><u>81 768,03</u></b>

#### NOTA 18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Activo</b>		
Imposto s/Rendimento	748,75	793,72
	<b><u>748,75</u></b>	<b><u>793,72</u></b>
<b>Passivo</b>		
Imposto s/ Rendimento	477,27	497,04
Retenção de Imposto s/ Rendimento	9 834,13	17 555,10
Contribuições p/ a Segurança Social	303 802,11	227 739,95
Outros	15 698,30	31 791,46
<b>Total</b>	<b><u>329 811,81</u></b>	<b><u>277 583,55</u></b>

O montante respeitante a Retenção de Imposto s/ Rendimento corresponde aos meses de novembro e dezembro, que foram alvo de inclusão em plano prestacional em fevereiro do ano seguinte.

Quanto à rubrica de Contribuições para a Segurança Social, o montante de 55.164,77 euros corresponde à TSU dos meses de setembro a dezembro de 2018, montante que foi alvo de acordo prestacional com o IGFSS em 2019. Os restantes 248.637,34 euros já estão contemplados em planos prestacionais.

**NOTA 19. GASTOS COM PESSOAL**

A conta Gastos com Pessoal teve a seguinte composição no ano 2018:

Gastos com o pessoal	2018	2017
Remunerações do Pessoal	574 280,94	536 575,48
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre Remunerações	113 905,64	99 664,17
Seguros de Acidentes de Trabalho	5 073,97	3 002,50
Outros Gastos com o Pessoal	18 030,21	19 646,95
<b>Total</b>	<b>711 290,76</b>	<b>658 889,10</b>

Neste exercício, existiu um acréscimo de atividade, como tal, verificou-se um aumento do número de pessoas ao serviço. Importa salientar que o quadro de pessoal para o funcionamento da creche, jardim-de-infância e 1.º ciclo tem requisitos mínimos, conforme a nossa lotação e representa o nosso maior gasto em relação ao volume de negócios (72%).

**NOTA 20. DIFERIMENTOS**

A rubrica de diferimentos contempla fundamentalmente gastos a reconhecer respeitantes a seguros cujo prémio se encontra liquidado mas que se reporta a um período posterior a 31 de Dezembro de 2018, enquanto nos rendimentos a reconhecer em 2019 corresponde a prestação de serviços do n/ equipamento social e das atividades de enriquecimento curricular.

	2018	2017
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	3 292,34	4 754,09
Outros	3 809,18	11 189,64
<b>Total</b>	<b>7 101,52</b>	<b>15 943,73</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Prestação de serviços (Creche+JI+1º Ciclo)	82 383,58	80 144,02
Atividades Enriquecimento Curricular	62 232,69	62 232,69
<b>Total</b>	<b>144 616,27</b>	<b>142 376,71</b>

**NOTA 21. CAPITAL PRÓPRIO**

Os movimentos nas rubricas do capital próprio foram os seguintes:

DESCRIÇÃO	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO 2018</b>	6 000	2 500	30 319	(39 150)	17 237	(112 146)	(95 239)
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	(112 146)	11 709	112 146	11 709
				(112 146)	11 709	112 146	11 709
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>						(36 028)	(36 028)
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	-	-	-	(112 146)	11 709	76 118	(24 319)
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018</b>	6 000	2 500	30 319	(151 295)	28 946	(36 028)	(119 558)

Euros

Neste exercício, foi apurado o resultado líquido negativo do período de 36 028,03 €.

**NOTA 22. RESERVAS**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reserva Legal	2 500,00	2 500,00
Outras Reservas	30 319,46	30 319,46
<b>Total</b>	<b><u>32 819,46</u></b>	<b><u>32 819,46</u></b>

**NOTA 23. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Subsídios	17 675,72	0,00
Doações	11 270,31	17 236,88
<b>Total</b>	<b><u>28 946,03</u></b>	<b><u>17 236,88</u></b>

**NOTA 24. CAPITAL SOCIAL REALIZADO**

O capital social realizado tem a seguinte constituição:

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	Valor	%	Valor	%
Membros Efetivos	6 000,00	100,00%	6000,00	100,00%
<b>Total</b>	<b><u>6 000,00</u></b>	<b><u>100,00%</u></b>	<b><u>6 000,00</u></b>	<b><u>100,00%</u></b>

**NOTA 25. SÓCIOS/COOPERANTES**

Considerando a fase de investimentos da cooperativa, existiu a necessidade de recorrer a empréstimos aos cooperantes, cujo saldo da conta, no final do ano de 2018, corresponde a 19 072,04€.

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Passivo</b>				
Sócios/Cooperantes	0,00	19 072,04	0,00	13 004,45
<b>Total</b>	<b><u>0,00</u></b>	<b><u>19 072,04</u></b>	<b><u>0,00</u></b>	<b><u>13 004,45</u></b>

**NOTA 26. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES**

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de adiantamentos de clientes, totalizava o montante de 11.992,00€.

**NOTA 27. FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES**

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica de adiantamentos de fornecedores, totalizava o montante de 1.279,77€ que corresponde a adjudicações de materiais.

Quanto ao saldo de fornecedores contemplava os seguintes valores à data de 31 de dezembro de 2018:

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	2018	2017
<b>A pagar</b>		
< 90 dias	132 034,84	196 039,10
90 - 180 dias	0,00	0,00
> 180 dias	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>132 034,84</b>	<b>196 039,10</b>

NOTA 28. EXISTÊNCIAS

	2018			2017		
	Mercadorias	Matérias-primas	Total	Mercadorias	Matérias-primas	Total
Inventários iniciais	0,00	0,00	0,00	223,58	101,52	325,10
Compras	16 192,53	0,00	16 192,53	11 407,59	1 508,00	12 915,59
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	514,40	0,00	514,40	0,00	0,00	0,00
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>	<b>15 678,13</b>	<b>0,00</b>	<b>15 678,13</b>	<b>11 631,17</b>	<b>1 609,52</b>	<b>13 240,69</b>

Uma vez que os serviços de alimentação do Colégio são contratados a uma entidade externa, as existências correspondem apenas às matérias-primas que transitam de ano (leites e iogurtes dos lanches) e as mercadorias existentes correspondem a material de desgaste para as atividades em creche e pré-escolar.

NOTA 29. FINANCIAMENTO BANCÁRIO

O financiamento bancário em 31 de Dezembro de 2018 tinha a seguinte distribuição:

	2018	2017
<b>Passivo Não Corrente</b>		
Empréstimos Bancários	57 401,53	111 195,78
Locações	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>57 401,53</b>	<b>111 195,78</b>
<b>Passivo Corrente</b>		
Descobertos Bancários	5 787,70	86,87
Empréstimos Bancários	135 108,69	164 169,70
Locações	0,00	13,62
<b>Subtotal</b>	<b>140 896,39</b>	<b>164 270,19</b>
<b>Total</b>	<b>198 297,92</b>	<b>275 465,97</b>

NOTA 30. GASTOS LÍQUIDOS DE FINANCIAMENTO

As contas que contemplam os gastos com financiamento tiveram a seguinte composição:

	2018	2017
Juros de Financiamentos Obtidos	(15 848,44)	(39 868,28)
Juros e Rendimentos Obtidos	0,12	111,81
<b>Total</b>	<b>(15 848,32)</b>	<b>(39 756,77)</b>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

NOTA 31. DISPONIBILIDADES

As disponibilidades de caixa e depósitos bancários, em 2018, apresentavam o saldo de 9.213,59€.

Importa ainda salientar o montante de 1 304,63€, que corresponde a fundos de investimento e obrigações negociáveis, que são equivalentes a caixa e que, como tal, constam do balanço da cooperativa.

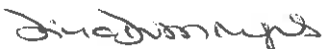
NOTA 32. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Direção informa que a situação do Colégio perante a Segurança Social se encontra regularizada, estando a ser cumpridos os planos prestacionais acordados.

Moita, 14 de junho de 2019

A CONTABILISTA CERTIFICADA



A DIREÇÃO

